S E A P Proc. Nº / 7565 s. Nº _ 0.5

DISPONIBILIZADO NO DJ Nº 401(
DATA 10 1 0 1 1 1 6 PÁG. 14

PUBLICADO EM 04 107 116

FONTE PAGADORA: -// -// -

CONVÊNIO Nº 013/2016 – GAB/PREFEITO

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERESINA E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, COM OBJETIVOS COMUNS E RECÍPROCOS DOS PARTÍCIPES, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento de Cooperação Técnica e Operacional, de um lado, o MUNICÍPIO DE TERESINA, com sede administrativa no Palácio da Cidade, na Praça Marechal Deodoro, nº 860, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 06.554.869/0001-64, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado *MUNICÍPIO*, e, do outro lado, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, inscrito no CNPJ sob o nº 06.981.344/0001-05, com sede na Praça Desembargador Edgard Nogueira s/n, em Teresina, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, Desembargador ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, aqui denominado *TRIBUNAL*, firmam o presente Convênio – com base na legislação em vigor e em atenção ao Processo nº 048-1231/2015 –, mediante as cláusulas e condições a seguir:

<u>CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO</u>

Este Convênio de Cooperação Técnica e Operacional tem como objeto a cessão de servidores que exercerão suas atividades nos órgãos para os quais forem cedidos e aos quais ficarão subordinados, durante a vigência do presente Convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO – A cessão de que trata a presente Cláusula dependerá de comprovação, por parte de servidor a ser cedido, de que não acumula cargo vedado pelos dispositivos constitucionais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CESSÃO

Neste Convênio, o *MUNICÍPIO* cede ao *TRIBUNAL*, com ônus para o órgão de origem, pelo prazo a que se refere a sua Cláusula Quarta, a servidora pública municipal GLADYS CARVALHO ARAÚJO ALENCAR, matrícula nº 28477, lotada na Fundação Municipal de Saúde – FMS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

Compete ao órgão de destino a lotação e a movimentação do servidor cedido, respeitadas suas qualificações e formações, ficando, aínda, obrigado a comunicar a frequência do mesmo ao seu órgão de origem, até o décimo dia útil do mês subsequente.

W



CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente Convênio terá vigência a partir de 01.01.2016, com término no dia 31.12.2016, podendo ser renovado, automaticamente, de acordo com interesse e a conveniência das partes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O não cumprimento de qualquer das cláusulas do presente Convênio, por uma das partes, importará na sua rescisão que ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do acontecimento do ato.

PARÁGRAFO ÚNICO – A qualquer tempo, desde que em comum acordo, o presente Convênio poderá ser alterado, mediante assinatura, pelas partes, de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro de Teresina, capital do Estado do Piauí, como competente para dirimir qualquer dúvida que possa surgir oriunda do cumprimento do presente Convênio.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Teresina (PI), 13 de junho de 2016.

FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO,
Prefeito de Teresina

Des. ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES

Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí